TERRITORIALIDADE, ESPAÇO POLÍTICO E DISPUTA NO CAPITALISMO DEPENDENTE (COLÔMBIA)

João Victor de Oliveira[1]

RESUMO

A seguinte análise aborda a organização camponesa em movimentos sociais em torno da reivindicação pela reforma agrária na Colômbia, investigando a disputa pela terra e pelo desenvolvimento integral no país, e o papel do território e da territorialidade como instrumento de organização popular, construção de poder político e fortalecimento do enfrentamento à desigualdade estrutural do capitalismo na América Latina. Com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, lideranças de movimentos sociais e representantes da sociedade civil da Colômbia, o estudo retrata o desenvolvimento histórico da política de reforma agrária no país, a organização popular frente aos desafios conjunturais e estruturais do capitalismo e as transformações políticas ancoradas em luta social e na tomada de parcela de poder do Estado por setores progressistas. O artigo evidencia como a concentração fundiária, a economia primarizada de inserção subordinada ao capitalismo mundial e a dinâmica de transferência de valor a países desenvolvidos determinam de forma histórica o retrocesso ou pouco avanço da reforma agrária no país. As ferramentas denominadas Zonas de Reserva Campesina, Territórios Campesinos Agroalimentares e as Alianças Público-Po-

[1] Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciências pela mesma instituição (USP), e mestre em Administração Pública pela China Agricultural University (CAU). Educador Popular na Escola Nacional Paulo Freire.

pulares foram instrumentos consequentes da luta camponesa e popular para reformas políticas. Ao ultrapassar a noção de território como espaço geográfico, compreendendo a territorialidade como articuladora de organização social em defesa de vida digna, os movimentos sociais apontam para a identidade campesina, indígena e/ou afrocolombiana como elemento fundamental para construção de organização política e superação dos desafios do capitalismo dependente na América Latina. Tais experiências constituem formas concretas de construção de poder popular e de enfrentamento às dinâmicas de exploração, violência e mercantilização do território. Em face dos desafios impostos pelo capitalismo no século XXI, a organização territorial evidencia-se como elemento estratégico para construção de força social e disputa na correlação de forças.

Palavras-chave
Reforma Agrária; Capitalismo Dependente; Movimentos Sociais; Poder Popular; América Latina.

ABSTRACT

The following analysis addresses peasant organization within social movements centered around the demand for agrarian reform in Colombia. It investigates the struggle for land and integral development in the country, and the role of territory and territoriality as instruments of popular organization, the construction of political power, and the strengthening of the fight against the structural inequality of capitalism in Latin America. Using a qualitative approach, based on bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews with public administrators, leaders of social movements, and representatives of civil society in Colombia, the study portrays the historical development of agrarian reform policy in the country, popular organization in the face of the conjunctural and structural challenges of capitalism, and the political transformations anchored in social struggle and the seizure of a portion of state power by progressive sectors. The article highlights how land concentration, a primary-based economy subordinated to global capitalism, and the dynamics of value transfer to developed countries historically determine the regression or limited progress of agrarian reform in the country. The tools known as Peasant Reserve Zones and Agro-food Peasant Territories were instruments resulting from the

popular struggle for political reforms. By going beyond the notion of territory as geographical space, understanding territoriality as an articulator of social organization in defense of a dignified life, social movements point to peasant, indigenous, and/or Afro-Colombian identity as a fundamental element for building political organization and overcoming the challenges of dependent capitalism in Latin America. Such experiences constitute concrete forms of building popular power and confronting the dynamics of exploitation, violence, and commodification of territory. In the face of the challenges imposed by capitalism in the 21st century, territorial organization emerges as a strategic element for building social strength and competing in the correlation of forces.

Keywords
Agrarian Reform; Dependent Capitalism; Social Movements; Popular Power; Latin America.

Introdução

A reforma agrária na Colômbia, enquanto política de Estado, data dos anos de 1960. Sua conformação histórica pode ser sistematizada em uma transição de paradigmas, passando de uma concepção de mera redistribuição de terra, com enfoque na propriedade – sendo a mais forte politicamente e duradoura –, para uma percepção integral de impacto e desenvolvimento social, econômico e político conceituada pelo campesinato (Balcazar et al., 2001; Franco-Cañas & Rios-Carmenado, 2011).

Entre a busca por equidade social no campo, a contenção dos movimentos subversivos inspirados pela revolução cubana, e a busca por aumento da produtividade e modernização da exploração agrícola, setores progressistas, tradicionais-patronais e os liberais-conservadores disputavam a linha da reforma, que consistia num entrave entre a distribuição e transformação estrutural da propriedade, e a antirreforma (contrarreforma), calcada em objetivos puramente produtivistas-comerciais, comumente associados à cessão de uso de terras aos camponeses (Levy, 2024).

Este entrave histórico no país também revela uma condição de nação não-desenvolvida, relegada à subordinação política e transferência de valor ao centro do capitalismo (Bambirra, 2023; Frank, 1967). Ao partir de formulações que

antitetizam as condições da periferia mundial e do centro (países desenvolvidos) – como a Teoria da Dependência marxista –, posiciona-se de forma estratégica a política de Reforma agrária com o entedimento de uma política inserida no contexto do Capitalismo dependente na América Latina, pondo à luz a concretude da reforma em si e a materialidade dos atos propiciadas para seus objetivos pelos anos.

Movimentos sociais, organizações da sociedade civil, partidos políticos e grupos étnicos diversos historicamente insistiram, e ainda o fazem, em reivindicar e organizar a luta popular em torno da necessária reparação histórica e garantia de direitos fundamentais para a população. Com a vitória eleitoral de Gustavo Petro em 2022, a disputa que sempre foi marcada pela ofensiva da burguesia interna, presença violenta do narcotráfico, realidade de concentração fundiária e tremenda desigualdade social, ganha um fôlego importantíssimo à democracia colombiana, ao colocar na Presidência uma figura fortemente abraçada pelas camadas populares - ainda que com críticas -, em um país o qual nunca havia tido um presidente de esquerda à frente do Poder Executivo (Benavides; Roa & Dias, 2025).

Essa nova configuração institucional é marcada por desafios estruturais, como o dos conflitos territoriais, violência e profunda resistência às medidas institucionais que buscam alterar estruturalmente a realidade social, política, ambiental e econômica na Colômbia (Balcázar et al. 2001; Atanassova, 2025[2]). Uma institucionalidade paquidérmica, quase imutável e custosa ao povo (Atanassova, 2025). Ainda assim, tem apontado horizontes ao povo colombiano, conquistando direitos importantes, firmando compromisso com a reparação histórica, elaborando reformas e políticas cruciais à população, e impulsionando a cidadania participativa através de mecanismos de consulta com inserção em processos da tomada de decisão do Estado (Cendales; Santiago, 2025), buscando emplacar a reconstrução do contrato social e fortalecimento da democracia.

Este artigo se debruça sobre como se dá a disputa pela terra, política de reforma agrária e disputa pelo desenvolvimento integral na Colômbia em contexto de capitalismo dependente, e como a identidade e territorialidade do campo se posicionam como elementos motores fundamentais para a autonomia dos povos, participação cidadã e construção de força social no país, destacando, com as experiências das Zonas de Reserva Campesina e dos Territórios Campesinos

[2] Relato oral em entrevistas concedidas aos autores da pesquisa. Bogotá, Colômbia, 2025.

Agroalimentarios, instrumentos políticos para a construção de condições de superação estrutural do subdesenvolvimento e do capitalismo.

O capítulo conta com abordagem qualitativa, partindo de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com gestores públicos, dirigentes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em Bogotá, Colômbia. As contribuições aqui apresentadas vêm de Donka Atanassova, vereadora da cidade de Bogotá e militante dos movimentos *Fuerza Común* e *Pacto Histórico;* Ernesto Roa e Nonaldo Dias, dirigentes do *Congreso de los Pueblos* e da *Coordinador Nacional Agrario;* Lola Cendales Gonçalves, pesquisadora e educadora popular da *Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá*; Carlos Alberto Benavides, senador e membro da coalizão *Pacto Histórico.*

Capitalismo dependente e formação socioeconômica colombiana

A reforma agrária na Colômbia remonta a 1936 em seus primeiros marcos institucionais, mas ganha materialidade política em 1961, com a criação da Lei de Terras (Franco-Cañas & Rios-Carmenado, 2011). A sua materialidade se dá em função de uma postura favorável à reforma agrária por parte dos Estados Unidos, que com a "Aliança Para o Progresso" (APP) empregou esforços de industrializar a Colômbia e criar programas de distribuição de terras, fomentando um capitalismo de desenvolvimento industrial com aumento da produtividade agrícola, em contexto estratégico de guerra fria (Rosero, 2022).

Segundo o Censo Nacional Agropecuário em 2014 (DANE, 2016), cerca de 77,3% das unidades de produção agropecuária eram abarcadas por 0,4% dos estabelecimentos rurais de latifúndio na Colômbia, demonstrando a profunda concentração de terras e uma das causas de tamanha desigualdade social no país. Essa atual configuração agrária é fruto de um processo histórico caracterizado fortemente pela concentração fundiária, capitalismo dependente e primarização da economia.

Com a proposta de reforma agrária de 1936 falhando e não conseguindo conformar um modelo de liberalismo econômico, os EUA trazem uma nova proposta de reforma agrária, estabelecendo diretrizes para uma reforma chamada de "reforma integral". A diferença no nome se dá a fim de distanciá-la, em conteúdo e simbolismo, das reformas agrárias em progresso nas experiências socialistas da época (Rosero, 2022). É com a APP e a "Operação Colômbia" que o projeto

estadunidense de disputa da hegemonia na guerra fria se fortalece, ao buscar garantir avanços desenvolvimentistas sociais e industriais no país para competir com as experiências socialistas, com fundamentação nas formulações da CEPAL e da Política de Substituição de Importações para industrialização e modernização produtiva colombiana (Baron, 2020; Rosero, 2022; Silva, 2017). Em 1961 se consolidou o arranjo institucional de reforma agrária, através da criação do Instituto Colombiano de Reforma Agrária, do Conselho Nacional Agrário e do Fundo Nacional Agrário (Rosero, 2022).

A busca pela industrialização e reforma integral foi estruturalmente desmantelada com o acordo de Chicoral, em 1972, no qual se evidencia a discordância das oligarquias agrárias do país com o projeto almejado, ao buscarem favorecer a produção de commodities em larga escala para exportação, e minar as condições de expropriação e redistribuição de terras. Uma contrarreforma que, fundamentada em uma restauração conservadora, iria marcar o começo do neoliberalismo no país e na mercantilização da reforma agrária (Silva, 2017).

Com a crise do financiamento de fonte externa, consuma-se a adoção (de forma pressionada) do receituário da Escola de Chicago e teorias monetárias austeras, alterando profundamente a estrutura econômica na América Latina com liberalização e livre concorrência em mercado internacionalizado, privatizações e restrições fiscais, se inserindo desigualmente ao capitalismo monopolista (Silva, 2017). Assim, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo aumento da desigualdade social e enfraquecimento do potencial desenvolvimentista na Colômbia, em seu sentido de avanço em seguranças sociais para a população, bem como seu desenvolvimento industrial e de soberania.

É neste enquadramento que Silva (2017) determina essa condição de capitalismo atrasado como um fenômeno motor das revoltas populares na América Latina, construídas em um contexto histórico, político e regional de subordinação e insurgência, como contrapõe Morales (2019), algo já longe do horizonte de economias capitalistas avançadas.

Colocando em análise lado a lado, por exemplo, as mencionadas movimentações oligárquicas a favor de uma economia primarizada baseada na agricultura, e a necessidade de economias exportadoras de matéria-prima para o centro industrial, (também sendo aquelas mercado consumidor de produtos industrializados), é possível notar a expressão – a que Sousa et al. (2020) chamaram de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" – da configuração em que se encontra a Colômbia e o histórico da reforma agrária no país: estruturas econômicas

rígidas que beneficiam a elite mundial na transferência de valor do sul para o norte, e favorecem a reboque a burguesia interna (associada) – que não almejam estruturalmente um aumento da produtividade, renda ou mesmo diversificação e agregação de valor na economia nacional (Bambirra, 2023; Barón, 2020). Uma configuração intransigente[3] (Furtado, 2022; Prebisch, 1950)[4].

Dos levantes populares no século XX na América Latina, a organização campesina e a luta por terra e reforma agrária se destacam. Em um cenário de sistema rígido e correlação de forças estruturalmente desfavorável imposta aos movimentos populares e grupos étnicos diversos, a identidade e territorialidade se mostraram como elementos cruciais a entender a garantia de avanços na organização em torno de pautas sociais e garantia de direitos, autonomia às comunidades, participação cidadã e, mais recentemente, formação de retaguarda política para o governo progressista de Gustavo Petro.

Território como espaço político

Milton Santos (1999) define o território como categoria de análise a partir de sua configuração de uso social, ou seja, um espaço geográfico no tempo que é usado pela sociedade, resultado de interações entre instituições e práticas humanas, e de relações de poder.

A configuração de território é elementar à luta por terra na América Latina, uma vez que toma nessa região um salto ideológico, passando de uma luta campesina por terra, puramente, para uma luta em torno do território, conferido como terra e reconhecimento étnico-cultural, expressão fortemente percebida na Colômbia. É como expressam os movimentos sociais com a tríade território–territorialidade–territorialização, não existindo, portanto, território sem territorialidade (um sentido para ser e estar no mundo) fora de um processo de territorialização (Gonçalves, 2017).

Em pleno processo de mercantilização da reforma agrária na década de 1990, no contexto de receituário neoliberal, em 1994 criaram-se as As Zonas de

[3] Intransigente não no sentido fatalista de fim da história, sem condição de mudança, mas sim no sentido de contar com todo o aparato do poder hegemônico para sua não-alteração.

[4] Mesmo na segunda metade do século XX, período de "desagriculturação" da economia colombiana, tal inflexão não significou a desprimarização da economia. Como mostra Barón (2020), a queda em participação do PIB pela agricultura foi compensada pelo aumento de atividade extrativista, de minérios e petróleo.

Reserva Campesina. Além de trazer à luz a ideia de direito à propriedade, as ZRC têm função de uma figura organizativa do território que condiciona o campesinato a delimitá-lo e geri-lo com autonomia, fortalecendo seu projeto de vida. Seu principal objetivo é o planejamento territorial, a formalização das zonas de colonização e aquelas onde se predomine a existência de terras baldias (Bohórquez, 2011 apud Figueroa, 2025), e seu grande propósito é diversificar a produção, redistribuir a terra e fortalecer a economia camponesa (Figueroa, 2025). Uma figura de regulação ambiental e patrimonial, segundo Rosero (2022).

A partir da luta por reparação histórica e justiça fundiária, o governo de Gustavo Petro empenhou esforços decisivos em favor do reconhecimento dos direitos territoriais e da reforma agrária. A partir do diálogo de comunidades negras, povos indígenas e camponeses com um governo disposto a implementar políticas redistributivas, tais grupos vêm conquistando novos direitos sobre seus territórios e acesso à terra, fruto de anos de organização e luta popular.

Não obstante, a demanda histórica por avaliação da instância administrativa e jurídica de país ultrapassa os onze milhões de hectares, com quase 11,5 milhões advindo de demanda de grupos indígenas e 727 mil advindos de camponeses. Só no governo Petro, a demanda foi de mais de 6 milhões de hectares. Um dos desafios para restituição segue sendo o conflito armado, gerando ambientes em que não se cria condições pacíficas para ocupação e que acabam deixando inúmeros pedidos carentes de deferimento para restituição dos solicitantes (Agudelo & Castillo, 2025).

Assim conformado, movimentos populares organizados nas comunidades articulam ações e mecanismos autônomos visando resguardo físico, mas também avanços institucionais e pragmáticos acerca dos direitos sobre território, garantia da produção e segurança alimentar, reconhecimento e exercício da ancestralidade e espiritualidade camponesa e étnica diversa, da conservação e entendimento integral dos recursos naturais, entre outros – numa concepção integral de vida. Em 2013, reunidas cinquenta organizações em uma assembleia nacional em San Lorenzo, consolidou-se o esforço de construir os Territórios Campesinos Agroalimentarios (TECAM), constituindo "um instrumento camponês a serviço do campesinato, organizado desde suas entranhas" (Roa e Dias, 2025[5]).

Tal concepção de vida digna alça os TECAM a um nível além da reivindicação de acesso à terra e alimentos. Teu projeto íntegro estabelece como cervicais à vida a garantia e proteção da água e natureza, das sementes e agricultura, da

5 Relato oral em entrevistas concedidas aos autores da pesquisa. Bogotá, Colômbia, 2025.

autonomia e economia campesina, da vida saudável, da educação campesina, da paz, da juventude, mulheres e crianças, e da cultura (Amorocho-Castillo, 2024; Días-Avendaño & Pachon-Ariza, 2024).

Nessa linha, o governo Petro reconhece a importância de dar consequência à justiça para vítimas de violência fundiária, e à reparação histórica a comunidades camponesas, indígenas e afrocolombianas que por décadas a reivindicaram. Num esforço fundamental à consolidação da democracia colombiana, em 2024, o governo Petro reconheceu os Territórios Campesinos Agroalimentares através do Decreto n.780 junto ao Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Imbuídos de princípios como reforma agrária popular, soberania e vida digna, os TCAM são fruto de organização histórica dos camponeses frente à reivindicação por terras, ratificando reconhecimento legal de suas territorialidades e objetivando um novo modelo de inclusão produtiva e de vida como desenvolvimento (Amorocho-Castillo, 2024; Días-Avendaño & Pachon-Ariza, 2024; Garzon, 2017).

Territorialidade na correlação de forças: disputa e construção de força social

A territorialidade sendo o sentido de ser e estar no mundo emplaca de forma contundente o sentido de poder popular para os movimentos sociais na Colômbia. Para Roa e Dias (2025), a inserção do povo no território é o que o torna agente transformador, uma vez que os camponeses eram "analfabetos acadêmicos", mas não analfabetos políticos.

Reflexo do histórico violento no que tange a questão fundiária no país, muito da defesa dita do meio ambiente (termo este que não é usado pelos camponeses), passava pela defesa do território e cultura ancestral dele. Portanto, o poder popular aqui se configura fortemente pela defesa do território, de sua gente e de seus recursos. A partir dos esforços de constituir territórios camponeses agroalimentarios desde a assembleia de 2013, o principal objetivo das comunidades era o de produzir alimentos a nível nacional para garantir a segurança e autonomia alimentar e territorial, com o enfoque de solidificar "embriões de poder popular", de modo a impedir interesses externos sobre o território. Essa defesa passa, sobretudo, pelo cultivo da educação popular que conta com uma pedagogia pró-

pria dos povos ali inseridos e que serviu e serve de munição fundamental para blindar as comunidades dos interesses de ataque ao território (Roa e Dias, 2025).

O sentido de poder popular supracitado pode ser visualizado com inúmeras experiências de resistência campesina, indígena e afro colombiana no país. Na década de 1980, se instituiu um complexo petrolífero na região de Coño Mora, em que se expulsa as famílias camponesas que ali se distribuíam por 25 mil hectares de terra. Segundo Roa e Dias, com a organização popular foi possível a reversão desse fenômeno que se estendeu por cerca de vinte anos, com oitenta famílias tendo retomado o território, e estando em processo de reconhecimento institucional de direitos sobre o mesmo.

Esse processo vai além da reconquista da terra e da legitimação institucional. Para os dirigentes, o reconhecimento e legitimação mais importante de tal processo são os conferidos pelas comunidades, fenômenos que refletem a capacidade de comunicação e organização popular. É tal reconhecimento e legitimidade cultivados na territorialidade em comunidade que garantiu, por exemplo, condições políticas de se enfrentar as duras lutas jurídica, social, militar e institucional. Atualmente, a região abarca o território campesino agroalimentar "*Laguna de Lipa, Vida y Resistencia Popular*" que conta com cerca de três mil hectares reconhecidos pelo atual governo que foram recuperados da empresa que ali se instalou. Vale mencionar, também, a criação do Conselho Regional Empresarial e Social, que serviu de mensagem às multinacionais no embate de garantir que trabalhassem nas regiões do país as empresas próprias de seus territórios. O conselho é composto por mais de cem empresas regionais e se mostra como exemplo de construção de legitimidade e autoridade local.

São diversas as facetas do processo de construção de poder popular como fenômeno embrionário do campesinato no país. A citar, é visível processos e conquistas nos sentidos jurídico, territorial, econômico, organizativo, político, produtivo, social e de legitimidade (como exemplificado anteriormente).

Em um âmbito jurídico, o já mencionado reconhecimento institucional dos territórios campesinos agroalimentares (TECAM) e a consolidação das Zonas de Reserva Campesina (ZRC), fruto de embates políticos e mobilização popular de muitos anos que garantiu cerca de 29 TECAM constituídos e em processo de formalização pela Agência Nacional de Terras (Roa e Dias, 2025), e cerca de vinte ZRC formadas (ANT; Presidência da República, 2025). No âmbito territorial, a expulsão de multinacionais como a *Mazamorras Gold Sucursal*[6] que, contra

[6] Se instalou no território por volta de 2013.

toda sua ação repressiva e mecanismos de cooptação das pessoas, fez com que os movimentos percorressem a região num esforço de comunicar e socializar às comunidades o que a empresa estava fazendo no território com a mineração a céu aberto (prometido como progresso e desenvolvimento), tendo resultado vitorioso conferido a partir da autodeterminação dos povos ali presentes. Um esforço popular decisivo para a criação de legitimidade e autoridade foi as juntas de governo próprio e a guarda campesina. A primeira contava com diversos segmentos da sociedade para defender os interesses regionais (inclusive setores liberais e não camponeses). A segunda, foi a forma de organização que os camponeses encontraram para expulsar as multinacionais com suas armas próprias – "não temos chumbo nem balas, mas temos o estilingue, a enxada, a pá — tudo o que estava ao nosso alcance para expulsar a multinacional" (Roa e Dias, 2025).

Na esfera organizativa, há de se reconhecer a força de cooperativas de economia solidária, como a *Cuadro Obrero* e a *Cuadro de Salares*, e as empresas comunitárias, como a *Empresa de Acueducto Aceu y Gas de Saravena*[7]. A primeira concentra cinquenta famílias assentadas que reconquistaram sua terra na década de 1990. De organização criteriosa, separam terras em porções destinadas às famílias e as destinadas a terras coletivas, distribuindo a produção entre cana e gado em pequena escala. A segunda, por sua vez, conta com cerca de 1200 associados, com linhas de trabalho voltadas à comercialização de gêneros alimentícios e insumos agropecuários, e outras voltadas a projetos agrícolas, formação e capacitação. Os maiores desafios são, justamente, os obstáculos com a burocratização de processos a cooperativas no país, entidades fortemente fiscalizadas pelo Estado. Por fim, a última organização é uma empresa constituída por vários entes do Estado e manejada por comunidades organizadas em uma Junta de Ação Comunal, que são empresas comunitárias representantes economicamente dos territórios em que se organiza. Na dinâmica de parceria público-popular, atuam e são compostas pelos segmentos campesino, sindical, índigena, de jovens, de mulheres e outros mais nas contratações públicas de parceria entre Estado e Sociedade (Roa e Dias, 2025). Historicamente, se colocam como instrumento organizativo de solução de problemas públicos, vigilância, prestação de serviços, realização de obras e escolha de representantes comunitários (Castro et al., 2021)

Na esfera econômica, se destacam dois aspectos: a relação campesina com a produção econômica, aspirando a planificação, industrialização e comerciali-

[7] Pelas palavras dos entrevistados. A companhia pode ser lida como *Empresa Comunitaria de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Saravena* em outros escritos.

zação, e a relação com a institucionalidade para alavancar a economia popular com eficiência social. No esforço de se pensar a redinamização econômica dos territórios, toma-se como exemplo a cadeia do chocolate, em que parte da produção de cacau é direcionada a cooperativas de transformação e parte vendida por peso, por falta de condições de processamento. A principal reivindicação é, portanto, da transformação da própria estrutura econômica, ou seja, de uma estrutura para processamento e transformação produtiva. Nesse sentido, a partir da luta se conquistou, apoiados em via institucional, cerca de 25 a 30 milhões de pesos colombianos (COP) para a planta de transformação, dedicada ao processamento de, também, queijos, manteigas, arequipe (doce de leite) etc, e mais de nove bilhões para uma dada etapa do projeto de planta de transformação da banana. Retomando o debate da industrialização como fator elementar ao desenvolvimento, é visível a necessidade de potencializar a transformação produtiva e agregação de valor para condicionar a melhora de vida nos territórios e fortalecer a economia popular.

Acerca do segundo aspecto, trata-se de uma reconfiguração da relação Estado-sociedade, a partir das alianças público-populares**.** Elas bebem de um caráter específico da economia popular e comunitária no país, em que se baseia em elementos como a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade. Sua função se materializa a partir das contratações públicas para serviços entre Estado e organizações comunitárias.

Para Benavides (2025)[8], a economia popular na Colômbia se constitui como tecido que integra dinâmicas solidárias e associativas da vida camponesa com conexões com as economias populares urbanas, fundamentada por elementos caros como território, cultura, produção e poder. Esse instrumento público é o que fomenta o desenvolvimento local, com construção coletiva de projetos comuns, deliberação pública e transparência, em uma integração entre Estado e sociedade em torno de objetivos territorializados. No município de San Gil, cerca três convênios foram firmados para a construção, pavimentação e melhoramento de ruas, dando consequência ao plano de desenvolvimento do município chamado "San Gil com visão cidadã". Os convênios envolveram parcerias entre a prefeitura com, por exemplo, as juntas de ação (ASOJUNTAS), a junta de ação comunal *Villas de Mochuelo* e a ação comunal em *Villa Eddy,* assegurando contratos para planos de mobilidade urbana e melhoria de espaços e rotas alter-

[8] Relato oral em entrevistas concedidas aos autores da pesquisa. Bogotá, Colômbia, 2025.

nativas, também favorecendo o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida com espaços bons para a população . Segundo o Instituto Nacional de Vias, foram 510 municípios abarcados dos mais de 1100 do país, e 29 dos 32 estados, totalizando 1.035 convênios solidários firmados no ano de 2023, com aporte de 233 bilhões COP (INVIAS, 2025).

Apesar de significar avanço político no país, os convênios público-populares têm se dado de maneiras distintas e em cenários adversos. A exemplo, determinadas cozinhas comunitárias que vinham garantindo café da manhã e almoço à população de alguns territórios sofreram forte ataque da direita colombiana com acusações de corrupção na gestão da iniciativa. Uma outra grande questão para os movimentos sociais foi a de ter que arcar com toda a operação e, posteriormente com prestação de contas, o governo repassar o recurso para as organizações. Isso não beneficiou as cozinhas por dois motivos em especial. O primeiro é que nem todas as organizações territoriais dispunham de recursos para viabilizar a operação de antemão. O outro, é que o custo de operação da rotina das cozinhas não era totalmente restituído, ou seja, se valorava pela refeição muito menos do que seu custo efetivo. As comunidades de cidades como Cartagena e Bolívar, por sua vez, tiveram suas cozinhas fortemente fragilizadas devido a demandas financeiras. É nesse contexto que as organizações propuseram outra lógica ao convênio público-popular. Garantir honestidade, transparência, funcionamento e boa administração, no sentido de assegurar a antecipação do valor repassado às organizações. Apesar do êxito na articulação, os programas não foram conduzidos até o final por falta de comprometimento do governo (Roa e Dias, 2025).

Portanto, as alianças público-populares demonstram uma experimentação democrática em um país fortemente marcado por postura e ação unilateral do Estado na condução econômica. São consequências dessa cicatriz histórica as relações de poder e condições assimétricas entre Estado e comunidades organizadas. Tais parcerias público-populares dependerão da superação da precarização do trabalho sociocomunitário, do aumento de recursos destinados às contratações públicas, da desburocratização dos processos institucionais para inclusão econômica dessas entidades populares, e da defesa política dessas organizações perante os ataques das elites e do aparato burocrático. Ainda assim, as alianças público-populares representam um avanço no reconhecimento do protagonismo social, e que, hoje sob o governo de Petro, seguem tentando redefinir o papel

e compromisso do Estado com a economia popular, em pilares de solidariedade, cooperação e autonomia comunitária.

A construção do poder popular na Colômbia aponta para o território como espaço político e à territorialidade como ferramenta de identidade e reconhecimento, enraizamento, autonomia, produção, vida e poder. É a partir do desnudar das contradições de suas realidades que os territórios despertam a consciência diante dos desafios e ameaças à sua integridade. Mas também, é a partir do entendimento de território além de espaço geográfico que se cria essa territorialidade. Uma identidade que condiciona não só a organização e luta popular para enfrentar as ameaças ao território, mas também que, bebendo de sua cultura, é propositivo em sistematizar alternativas e organizar enfrentamento pela ótica de seu próprio modo de vida. Não se fala, portanto, somente de acesso à terra e manutenção da vida das pessoas. Trata-se de uma visão de mundo e desenvolvimento que, garantida por um direito universal, deve tratar dos recursos naturais, da saúde coletiva, da educação e capacitação, da segurança alimentar, do trabalho e renda, da participação cidadã e democrática, e da ancestralidade. Um projeto de vida digna íntegro.

Conclusões

Partindo da experiência colombiana e com noções de partes de sua realidade que são compartilhadas histórica e politicamente com o Brasil e demais países da América Latina, pode-se destacar duas conclusões de contribuição ao processo de compreensão das saídas que se apresentam aos povos do continente perante o cenário de subdesenvolvimento.

A primeira é o reconhecimento das impossibilidades dentro da dependência. No bojo das teorias que explicam o desenvolvimento do capitalismo, percebe-se a materialidade da que aponta o subdesenvolvimento como uma face do capitalismo, sendo indissociável de seu próprio desenvolvimento a nível mundial e rejeitando uma configuração etapista da história. Ou seja, ao se expandir de forma desigual, com inserção "atrasada" dos países periféricos ao sistema internacionalizado, bloqueia-se as possibilidades de realização plena do avanço desses países, tendo como um pilar fundamental a transformação da estrutura produtiva nacional.

Portanto, não apenas uma reconfiguração internacional, com absorção desses países ao sistema globalizado, seria suficiente para impulsionar o desenvolvimento dessas nações, mas sim uma ruptura estrutural com a lógica de captura de valor e subjugação dos países por parte das nações do centro do capitalismo. Apesar das tentativas de desenvolvimento através da industrialização, a América Latina ainda enfrenta constrangimentos estruturais, isto é, limitações financeiras, tecnológicas, comerciais e políticas que as impedem de levar seu projeto nacional adiante.

A segunda é o entendimento do território como arma de construção da história e criação de poder. Longe de postular uma visão fatalista diante de um cenário rígido e intransigente, é necessário se inspirar em experiências de organização popular que teceram a história dos povos, garantindo avanços através da luta política organizada. A perspectiva de alteração da correlação de forças, no sentido de alterar a conjuntura nacional e internacional no capitalismo dependente, só pode vir da construção de força social, e essa passa pela criação de retaguarda, de uma maioria política. Ou seja, compreendendo o potencial do território e territorialidade para o auto-reconhecimento dos povos como agentes de transformação e protagonistas do processo histórico, é possível solidificar processos de formação política, organização e luta, na busca de avanços materiais aos povos e, num cenário mais distante, retomar de forma contundente frente à ofensiva imperialista no capitalismo atual uma postura cultural dos povos de se organizar e lutar por direitos e mudanças estruturais – combinando de forma tática as disputas institucional, ideológica e de massas.

Esse grande desafio colocado aos movimentos sociais, sindicatos, partidos e demais organizações populares só poderá se realizar plenamente através de um processo pedagógico de emancipação, passando pela internalização de novos valores através de uma educação com método próprio do povo – uma educação popular. Será, inclusive, essa educação que aperfeiçoará a formação das pessoas que passarão a ser sujeitos políticos e não meramente sujeitos eleitorais e beneficiários de políticas públicas, assim buscando se esquivar da trágica consequência que segue após se apostar unicamente em políticas públicas para a transformação política, sem contar, também, com um processo político e pedagógico que transforme consciências.

Ao eleger pela primeira vez em mais de um século um presidente de esquerda à frente do Executivo do país, o caso da Colômbia reafirma não somente o poder da organização popular como alavanca para demandas históricas na luta

de massas, ideológica e institucional, mas também aponta sua importância para sustentação de uma agenda progressista no país, aumento de participação cidadã e construção coletiva de um projeto de desenvolvimento nacional para a sociedade colombiana. Não obstante, são nesses momentos de avanço que os agentes do status-quo também aprofundam suas ofensivas de classe.

Em suma, dois grandes desafios se apresentam aos povos organizados da Colômbia, Brasil e América Latina. Firmar métodos de uma educação emancipadora que consiga cultivar o reconhecimento do povo de si mesmo enquanto protagonista de transformação, concretizando aumento da consciência política e contribuindo para a construção de força social enquanto classe. E também a disputa da institucionalidade, numa tentativa de combinação das lutas institucional, ideológica e de massas, em um esforço de tensionar e reconfigurar o Estado, buscando tomar parcelas de poder em suas esferas.

O exemplo da Colômbia evidencia, portanto, que apesar das condições duras de organização popular, ou mesmo da precariedade da situação socioeconômica no país e até a parca atenção institucional dada pelo Estado aos direitos da população e sua realização plena, é possível construir instrumentos e iniciativas auto-organizadas que balancem as relações de poder e que garantam vitórias à classe trabalhadora em seu objetivo de massificar a luta e tomada do poder. E o entendimento do território e da territorialidade dos povos como terreno e ponto de partida de ação revolucionária pode ser uma das saídas para o alcance da realização plena dos povos na América Latina.

RECEBIDO em 14/06/2026
APROVADO em 05/08/2026

Referências

AGENCIA NACIONAL DE TIERRAS (ANT). Reforma Agraria histórica: gobierno nacional ha formalizado 1,5 millones de hectáreas y marca un antes y un después en el acceso a tierras en Colombia. Prensa, [Bogotá], ANT, 2 maio, 2025. Disponível em: https://www.ant.gov.co/prensa/noticias/reforma-agraria-historica-gobierno-nacional-ha-formalizado-1-5-millones-de-hectareas-y-marca-un-antes-y-un-despues-en-el-acceso-a-tierras-en-colombia?. Acesso em: 11 set, 2025.

Agudelo, M. G.; Castillo, C. Agudización del conflicto afectaría cumplimiento de metas de restitución de tierras a 2031: habla la URT. *El Tiempo*, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/agudizacion-del-conflicto-armado-impediria-cumplir-metas-de-restitucion-de-tierras-al-2031-urt-3438134. Acesso em: 20 out. 2025.

Amorocho Castillo, W. En los territorios campesinos agroalimentarios se crean nuevas relaciones de poder. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2023. Disponível no repositório institucional da UNESP.

Atanassova, D. Entrevista concedida à pesquisa *Políticas públicas, trabalho sociocomunitário e educação popular na América Latina*. Bogotá, 2025.

Agbebi, M.; Virtanen, P. Dependency theory: a conceptual lens to understand China's presence in Africa? *Forum for Development Studies*, v. 44, n. 3, p. 429-451, 2017.

Balcázar, A., et al. *Colombia: alcances y lecciones de su experiencia en reforma agraria*. No. 2141. Cepal Naciones Unidas, 2001.

Bambirra, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Digitaliza Conteúdo, 2023.

Barón, C. A. S. Desenvolvimento rural e subdesenvolvimento: uma caracterização da estrutura agrária da Colômbia (1961-2016). Tese (Doutorado), 2020.

Benavides, C. Entrevista concedida à pesquisa *Políticas públicas, trabalho sociocomunitário e educação popular na América Latina*. Bogotá, 2025.

Bonente, B. A. I. D. M. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. 2011.

Caporaso, J. A. Industrialization in the periphery: the evolving global division of labor. *International Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 347–384, 1981. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2600579. Acesso em: 15 out. 2025.

Castro, S. L.; Rodríguez, F. A. G.; Tobón, G. J.; Baltazar, E. N. Juntas de acción comunal y gobernanza rural: retos para la participación y organización comunitaria en seis territorios de Nariño, Colombia. *Revista Opera*, n. 28, p. 239-259, 2021.

DANE. *Propiedad rural en Colombia: un análisis con perspectiva de género e integración de fuentes de datos*. Nota estadística. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, jul. 2022. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/notas-estadisticas/jul_2022_nota_estadistica_propiedad_rural.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

Díaz Avendaño, J. E.; Pachón Ariza, F. A. Territorialidad campesina y soberanía alimentaria: estudio de caso en el macizo colombiano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 4, e277263, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/qtYjRv3qCQb87S9GCJzFDHB/?lang=es. Acesso em: 15 set. 2025.

Estupiñán Uribe, C. L. "Implementación de las asociaciones Público-Populares en el municipio de San Gil, Santander.¿ Un nuevo tipo de gobernanza?." (2024).

Figueroa, J. *De la tierra al territorio: una transformación de la demanda campesina en Cauca y Nariño 2012-2020*. MS thesis. Quito, EC: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, 2025.

Franco-Cañas, A. M.; Ignacio De los Ríos-Carmenado. "Reforma agraria en Colombia: evolución histórica del concepto. Hacia un enfoque integral actual." *Cuadernos de desarrollo rural* 8.67 (2011): 93-119.

Frank, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. NYU Press, 1967.

Furtado, C. Underdevelopment and dependence: the fundamental connections. In: *Development economics*. London: Routledge, 2022. p. 7-15.

Morales, S. G. *El movimiento social campesino en Colombia durante el siglo XX: un panorama amplio de su organización, demandas y repertorios de acción*. Monografia (Graduação em Sociologia) – Universidad de Antioquia, Medellín, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.udea.edu.co/server/api/core/bitstreams/59d2e66c-9ce9-44d4-9449-c8c62294460f/content. Acesso em: 16 out. 2025.

Garzón, M. Y. Haciendo território. La conformación de Territorio Campesino Agro Alimentario (TCA) en el norte de Nariño y sur del Cauca. (2017).

Gonçalves, C. W. P. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017.

Gonçalves, L. C. Entrevista concedida à pesquisa *Políticas públicas, trabalho sociocomunitário e educação popular na América Latina*. Bogotá, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE VÍAS (INVÍAS). Invías firmó primeros contratos de obra pública con comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras. *LinkedIn*, 17 set. 2024. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/inv%C3%ADas-firm%C3%B3-primeros-contratos-de-obra-p%C3%BAblica-con-comunidades-dal7f/. Acesso em: 20 out. 2026

Lévy, B. Redistribuir la tierra: Estado, empresarios y campesinos en la zona bananera del Magdalena (Colombia) durante la reforma agraria, 1961-1976. *Historia Agraria: Revista de Agricultura e Historia Rural*, n. 92, p. 191-218, 2024.

Moreira, S. B.; Crespo, N. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 38, n. 2, 2012.

Prebisch, R. *The economic development of Latin America and its principal problems*. Lake Success: United Nations Department of Economic Affairs, 1950. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/08ac817a-864c-4df6-961c-7745a3b2fae9/content. Acesso em: 11 out. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Colômbia). Durante a COP16, o governo do presidente Gustavo Petro aprovou a constituição de quatro novas Zonas. Bogotá: Presidência da Repú-

blica, 28 dec. 2024. Disponível em: https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Historico-Durante-la-COP16-el-Gobierno-del-presidente-Gustavo-Petro-aprobo-la-constitucion--de-cuatro-nuevas-Zonas-241031.aspx. Acesso em: 20 set. 2025.

Roa, E & Dias, N.. Entrevista concedida à pesquisa *Políticas públicas, trabalho sociocomunitário e educação popular na América Latina*. Bogotá, 2025.

Rosero, M. C. A questão fundiária não solucionada na Colômbia: desenvolvimento econômico e reformas agrárias. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 46, n. 3, 2022.

Santiago, L. Petro sanciona reforma trabalhista e derruba decreto para consulta popular na Colômbia. Brasil de Fato, 25 jun. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/06/25/petro-sanciona-reforma-trabalhista-e-derruba-decreto-para-consulta-popular-na-colombia/. Acesso em: 21 out. 2025.

Santos, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

Sau, R. The dialectics of underdevelopment. *Economic and Political Weekly*, v. 10, n. 27, p. 999–1004, 1975. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4537236.

Silva, A. C. S. R. e S. *A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1961-1972)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13122016-115209/publico/2017_AnaCarolinaSilvaRamosESilva_VCorr.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

Sisman, M. Development dynamic and North–South relations: unequal exchange and the dilemma of foreign debt in relation to South Korea sampling (1990–2004). *Atatürk Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Dergisi*, v. 20, n. 2, 2006.

Sousa, C. M.; Theis, I. M.; Barbosa, J. L. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: *Celso Furtado: a esperança militante (interpretações)*. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 169-302.